

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NA INTERNET

Por Simone da Rocha Weitzel

Bibliotecária formada pela UFF com Mestrado em Ciência da Informação pelo convênio UFRJ/IBICT. Professora assistente do DEPB/CCH/UNIRIO (Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio de Janeiro) e Gerente de Publicações da COPPEAD/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro).
CRB7/4099
Matrícula SIAPE 01124549
e-mail: simone@coppead.ufrj.br

Resumo

O advento da Internet trouxe vários desafios para o bibliotecário moderno. Dentre eles, a administração de coleções se tornou uma tarefa complexa diante da grande e variada oferta de formatos, especialmente em relação a natureza do documento eletrônico. No presente artigo são analisados oito critérios de seleção que agilizam o processo de tomada de decisão título-a-título e orientam o bibliotecário na elaboração de políticas específicas.

1. INTRODUÇÃO

O advento da Internet trouxe diversos desafios para o bibliotecário e para a Biblioteconomia em geral. Dentre as disciplinas que compõem a área, Desenvolvimento de Coleções tem merecido atenção dos profissionais e acadêmicos devido aos grandes impactos sofridos no que há de mais concreto e significativo em bibliotecas tradicionais: os seus acervos. Os materiais informacionais que a sociedade consome, antes formado por objetos táteis, agora são voláteis, constituídos por *bits* e *bytes*, acessados por veículos próprios, muitas vezes independentes das ações dos bibliotecários para organização, distribuição e consumo.

O bibliotecário moderno se viu oprimido diante de variáveis tão díspares quanto múltiplas: grandes ofertas de formatos de documentos para títulos idênticos, orçamentos enxutos e demandas mais específicas e autônomas aumentaram o grau de complexidade exigido para administrar coleções em bibliotecas. Em busca de seu lugar no mundo digital, o bibliotecário retoma reflexões a respeito de atividades de seleção. Poucos foram os profissionais e acadêmicos da área que se dedicaram a este ramo da Biblioteconomia, embora seja uma atividade das mais valorizadas do bibliotecário.

A seleção tem sido objeto de preocupação desde o século XVII, quando Gabriel Naudé publicou o primeiro livro sobre o tema (FIGUEIREDO, 1998, p. 12). Para defini-la, a literatura apresenta diversas abordagens, algumas clássicas, outras mais funcionais. Em geral, há um consenso de que seleção é um processo de tomada de decisão “título a título”, tendo em vista perfis temáticos baseados em objetivos e estratégias específicos. O estabelecimento de critérios e políticas é, portanto, uma condição essencial para orientar essas escolhas. Para fazê-lo melhor, Evans (1995, p. 264) recomenda que seja elaborada uma política específica para documentos eletrônicos.

Pretende-se, a partir dessas premissas, apresentar os principais critérios que devem ser considerados para a avaliação de documentos eletrônicos como subsídios para a elaboração, *a posteriori*, de uma política. Procura-se também alcançar os seguintes objetivos: a) controlar a complexidade do trabalho do bibliotecário moderno frente a problemas relacionados ao desenvolvimento de coleções; b) estimular e sensibilizar bibliotecários para as questões da área de seleção; e c) proporcionar, enfim, melhor aproveitamento de uma das maiores fontes de informação do mundo.

2. O DOCUMENTO ELETRÔNICO E A POLÍTICA DE SELEÇÃO

O documento eletrônico não traz em si mudanças de paradigma da área de Biblioteconomia quando ele é pensado apenas como mais um formato de armazenamento. Isto seria verdadeiro se não fossem duas características que o

diferenciam dos demais tipos de documentos: a grande capacidade de armazenamento e a manipulação e recuperação de dados.

Não há precedentes na história da humanidade de um documento que ofereça, em questão de segundos, tantos recursos de edição e recuperação de dados. Por outro lado, são estes mesmos recursos que facilitam a modificação da informação. Com estas possibilidades, tanto pode-se alterar o conteúdo quanto perdê-lo – seja por violação ou uso inadequado dos recursos do *software* seja pela vida útil do próprio formato ou dos limites do *hardware* e *software*.

Estas variáveis, independente da intenção, geram questionamentos relacionados aos direitos autorais e à qualidade dos conteúdos veiculados na Internet e dos meios de armazenamento da informação; e são aspectos fundamentais, uma vez que interferem em qualquer planejamento voltado para o desenvolvimento de coleções.

Em relação à seleção de documentos eletrônicos, estes mesmos aspectos levantam questionamentos técnicos e dicotômicos que podem afetar o *status quo* da biblioteca quando nos perguntamos: o que é mais importante – o acesso às informações ou a coleção bibliográfica local? Quando devemos optar pelo documento impresso ou pelo eletrônico? O que é melhor para as necessidades dos clientes?

Estas são perguntas que afetam diretamente a tomada de decisão que os responsáveis pela biblioteca fazem em relação às suas coleções, sejam elas tradicionais ou eletrônicas. Na verdade, elas dizem respeito a *o quê* e *como* colecionar materiais informacionais.

Pensar em termos de seleção individual de itens é necessariamente tratar da composição de uma política de seleção. Não importa se está se decidindo sobre a inclusão de um livro ou de um sítio da Internet – é preciso estar claro quais são, exatamente, os critérios que vão nortear a escolha de um item sobre o outro.

Figueiredo (1998, p. 32) adverte que antes do estabelecimento dos critérios, “deve existir uma declaração dos objetivos gerais da biblioteca, relacionado com a instituição e a comunidade que ela serve para de acordo com estes objetivos ser traçada a política de seleção da biblioteca”. Portanto, até mesmo as tomadas de decisão título-a-título, estarão de acordo com a filosofia institucional.

Evans (1995, p. 264) sugere como ponto de partida que seja elaborada uma política específica para documentos eletrônicos, isto é, uma política à parte das demais existentes na biblioteca. Esta providência facilita o estabelecimento de critérios e adia para o momento mais adequado o confronto com as demais políticas que certamente estão mais centradas na apropriação do documento do que no acesso.

O nosso objetivo, nesse artigo, restringe-se apenas ao estabelecimento de critérios de seleção como apoio para subsidiar, *a posteriori*, a etapa seguinte – a elaboração de uma política própria para documentos eletrônicos. Portanto, as questões relativas à política de seleção em si não serão aprofundadas.

3. OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Conforme foi visto, os critérios de seleção estão obrigatoriamente comprometidos com objetivos e metas institucionais tanto da biblioteca quanto da instituição que a mantém e, conseqüentemente, com o seu público-alvo. Eles tendem a ser exclusivos, voltados para uma realidade específica, mas nada impede que sejam adotados integralmente ou adaptados pela biblioteca.

No entanto, devido a particularidades de diversas naturezas, é possível abordar aspectos diferentes de um mesmo critério. Digamos, por exemplo, que uma determinada biblioteca universitária brasileira seja especializada em administração em nível de pós-graduação. Provavelmente, o critério de seleção *conteúdo* deverá considerar esta especificidade, e o nível para inclusão de itens será altíssimo – muito diferente de qualquer biblioteca universitária direcionada somente para a graduação. Isto ocorre porque existe um perfil institucional para cada biblioteca. Características relacionadas com a cultura da instituição, tipos de biblioteca (pública,

universitária, infantil etc.) e de clientela (adulto, idoso, criança etc.) refletem no estabelecimento desses critérios.

A literatura da área de desenvolvimento de coleções categoriza os critérios sob as seguintes denominações: autoridade¹, atualidade, cobertura/conteúdo, objetividade e precisão. Estes critérios são empregados para qualquer tipo de formato, e podem funcionar como ponto de partida para iniciar o processo de seleção.

Essa categorização, com o tempo, pode vir a se desmembrar em outras, tornando-se mais complexa à medida que o processo de seleção for amadurecido na instituição.

Em relação a critérios específicos para documentos eletrônicos, a literatura da área de desenvolvimento de coleções se antecipou, notadamente nos Estados Unidos e mais especificamente nos textos de Evans (1995), St. Norbert College (1999) e Alexander & Tate (2000), cujas categorizações mais importantes são: acesso, aparência e outras características especiais, tais como recursos das ferramentas de busca, uso de propagandas, qualidade das páginas apontadas ao original e estratégia de impressão.

Serão analisados ao total oito critérios, agrupados do seguinte modo:

- a) autoridade;
- b) atualidade;
- c) cobertura/conteúdo;
- d) objetividade;
- e) precisão;
- f) acesso;
- g) aparência;
- h) características especiais.

¹ Embora o termo “autoria” seja mais adequado à norma culta brasileira, adotou-se o termo “autoridade” por estar de acordo com o conceito adotado por Vergueiro (1995, p. 21).

De acordo com o modelo apresentado por Vergueiro (1996), os critérios relacionados acima dizem respeito ao conteúdo do documento em si. Portanto, não serão abordados critérios quanto à adequação da informação do ponto de vista do cliente.

3.1 Autoridade

A autoria de uma publicação, eletrônica ou não, diz respeito essencialmente ao tipo de relacionamento de uma pessoa física ou jurídica com o documento eletrônico a ser avaliado. Esta relação, em documentos eletrônicos, pode ser de natureza intelectual, editorial, técnica (responsável pela arquitetura e aparência, ou manutenção etc.) ou de patrocínio do sítio ou da página onde o documento eletrônico está contido, pois a página, muitas vezes, é produto do trabalho de uma grande equipe ou de equipes interinstitucionais ou, ainda, de empresas de consultoria.

De acordo com Vergueiro (1995, p. 21), esse critério “busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editor ou patrocinador”. Portanto, o responsável pela seleção deverá estar muito atento às particularidades do documento eletrônico, buscando formas seguras de avaliar a reputação do autor. A literatura especializada (ST. NORBERT COLLEGE; ALEXANDER & TATE) recomenda a avaliação sob os seguintes pontos em relação à página ou sítio:

- a) Quem é o autor?
- b) A filiação e a qualificação do autor ou do responsável estão disponíveis?
- c) Existe alguma indicação de endereço, telefone, *e-mail* etc. para possibilitar o contato?
- d) Quem é o editor ou patrocinador? Existe algum apontador para a sua própria página ou sítio?
- e) Está claro qual é o relacionamento entre o autor e a instituição que mantém a página ou sítio?
- f) Trata-se de uma página pessoal ou institucional? Em geral uma página pessoal contém “a/~nome/” na URL. Entretanto, isto não significa

necessariamente que a informação é menos autorizada ou importante, mas é algo que deve ser observado para caracterização.

3.2 Atualidade

Existe um senso comum de que tudo o que está disponível na Internet é novo e atual. No entanto, exatamente pela facilidade de manipulação dos dados em tempo real nem sempre existe a preocupação, de quem publica, em controlar as versões existentes. Portanto, se o autor não informa esses tipos de dados, não há como saber se o que está disponível é realmente o que há de mais recente.

Outro fato que pode se transformar em empecilhos para o selecionador é a falta de clareza sobre a origem da data em páginas ou sítios. Não se sabe, por exemplo, se a data está relacionada ao documento em si ou à página. Ou ainda, se a data relacionada com os direitos autorais é a data de criação da página ou do sítio.

Cunha (1999, p. 260) acrescenta outra característica relevante: a vida média de um sítio é de 70 dias, desencadeando, portanto, uma série de atividades específicas para monitoramento e revisão dos itens incluídos no acervo eletrônico da biblioteca.

Para orientar o selecionador no critério *atualidade*, os textos de St. Norbert College e de Alexander & Tate recomendam o seguinte roteiro:

- a) Qual é a data de criação? Quando foi feita a última atualização?
- b) Existem apontadores para o material obsoleto?
- c) Existem apontadores para a informação mais antiga e a mais recente?
- d) As referências listadas são correntes?
- e) O conteúdo do documento é atual?

3.3 Precisão

Uma das principais críticas às informações veiculadas no meio eletrônico está relacionada com a questão da precisão, isto é, o quanto a informação disponível é verdadeira, oficial, autorizada, reconhecida, e validada institucionalmente.

O mercado editorial tradicional desenvolveu, ao longo destes últimos séculos, mecanismos de avaliação formal, seja na figura do editor comercial ou conselho editorial, ou dos chamados *referees*². O mesmo não acontece com as informações veiculadas pela Internet. Em princípio, qualquer um, pessoa física ou jurídica, pode “publicar” na Web, desde que se possua os requisitos mínimos de *hardware* e *software* para se conectar à rede mundial.

Esta aparente “Torre de Babel”, na verdade, reflete o alto grau de liberdade de expressão que a Internet promove. No entanto, alguns segmentos da sociedade, especialmente aqueles envolvidos com ensino e pesquisa, ressentem-se da qualidade, ordem e eficiência em suas navegações pela rede.

Profissionais provenientes das mais diversas áreas, inclusive da Biblioteconomia, vêm elaborando mecanismos de busca com o intuito de possibilitar maior qualidade na organização e recuperação dos dados, tais como ferramentas de busca, diretórios, webbibliografias, entre outros tipos de fontes que podem ser agrupados sob a denominação genérica de filtros de informações.

Estes filtros de informações podem ser considerados como uma primeira fase dessa verificação das informações “indexadas” na rede, uma vez que, supostamente, existam alguns critérios ou pré-requisitos de inclusão, por menores que sejam. Trata-se de um campo muito promissor para os bibliotecários que, certamente, têm muito a contribuir para o aumento da qualidade e precisão destes filtros na rede.

Para examinar o critério de precisão, a Biblioteca da St. Norbert College (1999) recomenda o seguinte roteiro:

- a) A informação é válida, segura e de confiança?

- b) A informação foi adequadamente editada, isto é, sem erros de ortografia e com correção gramatical?
- c) Os fatos foram checados?
- d) As fontes de informação documental foram utilizadas?
- e) Existem outros apontadores para qualquer uma destas fontes mencionadas?
- f) As fontes foram verificadas? (Neste caso recomenda-se checar outras fontes para identificação e análise.)
- g) A informação se compara com alguma outra informação consagrada na área?

3.4 Cobertura/Conteúdo

Embora a literatura da área não faça distinção entre conteúdo e cobertura, na verdade são critérios distintos mas com alto grau de parentesco entre ambos. Cada um possui suas próprias características. O conteúdo diz respeito ao tema/tópico em si, tratado no documento. A cobertura está relacionada com a extensão do tema/tópico tratado no documento, isto é, se o tema foi abordado em profundidade ou superficialmente. No entanto, a literatura da área não faz distinção (ou diferença?) entre um e outro, porque é tênue a fronteira entre ambos ou, ainda, talvez porque na prática esta distinção seja desnecessária.

No caso do documento eletrônico, essa fronteira parece diminuir ainda mais. De acordo com as recomendações da St. Norbert College e de Alexander & Tate, devemos avaliar os seguintes aspectos:

- a) Que informações estão incluídas?
- b) Contém informações originais ou possui apenas apontadores para outros documentos eletrônicos?
- c) A informação está disponível em quais formatos?
- d) A informação é única ou está disponível em outras fontes?
- e) A informação possui um valor real?
- f) A informação foi escrita para qual nível?
- g) Qual o nível de profundidade explorado?

² Avaliadores de artigos científicos

h) Quais tópicos foram explorados?

3.5 Objetividade

A Internet funciona como um espaço democrático para a exposição de idéias cujos objetivos e metas de pessoas ou grupos nem sempre são claramente estabelecidos. Por isso, é necessário avaliar sob quais aspectos e para quais finalidades os documentos a serem selecionados foram produzidos.

Este critério tem estreita relação com o que Vergueiro denomina de critério de imparcialidade, uma vez que contempla os diferentes ângulos das abordagens apresentadas no conteúdo dos documentos. De acordo com Vergueiro, o critério de imparcialidade “procura verificar se todos os lados do assunto são apresentados de maneira justa, sem favoritismos, deixando clara, ou não, a existência de preconceitos” (1995, p. 22). O autor previne que a relatividade da tarefa de se determinar a parcialidade ou imparcialidade dos conteúdos levará o profissional a definir seus próprios caminhos para solucionar a polêmica missão.

A St. Norbert College propõe a consideração dos seguintes pontos:

- a) Porque o autor, editor ou patrocinador estariam disponibilizando estas informações na Internet? Observar que as propostas do sítio em questão podem não ser compatíveis com os objetivos da instituição de interesse.
- b) A informação veiculada é tendenciosa? Está designada para mudar a opinião? Sob qual perspectiva foi elaborada?
- c) Existe alguma forma de propaganda ou tentativa de venda de algum produto ou serviço?
- d) O sítio ou página são patrocinados por governo, instituição educacional, empresa ou organização? Em geral, o nome do domínio na URL indica a natureza institucional. Exemplo: *edu.* para instituições educacionais, *gov.* para instituições governamentais, *com.* para instituições comerciais etc.

3.6 Acesso

O fato de a informação estar disponível na rede mundial nem sempre significa que é acessível para todos na velocidade desejada. Em alguns casos são necessários pré-requisitos a serem observados para acessar a página ou sítio. É portanto fundamental avaliar os seguintes itens (ST. NORBERT COLLEGE, 1999)

- a) São exigidos alguns *softwares* ou *hardwares* em particular para acessar os dados da página ou sítio?
- b) A página ou sítio foram formatados para o uso de um *browser* específico ou existe a alternativa do acesso direto ao texto?
- c) A página ou sítio levam muito tempo para carregarem?
- d) A página ou sítio são estáveis ou estão freqüentemente ocupados para acesso ou fora do ar?
- e) O acesso é gratuito?
- f) É necessário o cadastramento para acessar, mesmo que o uso do sítio ou da página seja gratuito?
- g) Se o acesso é cobrado, os procedimentos para assinatura e pagamento estão claros, e o preço é justo e adequado aos objetivos da biblioteca?

3.7 Aparência

Nos meios eletrônicos, a aparência de uma página ou sítio é um conceito bastante amplo e tanto pode estar relacionado com a estética quanto com a disposição das informações em termos de organização dos conteúdos.

Outros termos técnicos associados ao critério aparência se relacionam ao *design* e à arquitetura da informação. De acordo com Cutler (1998) “*design* possibilita a compreensão total daquilo que mostra. A arquitetura de informação permite que os visitantes saibam onde se encontram dentro do *site* e para onde podem ir”, ou seja, orienta seus usuários para que seja possível navegar de forma fácil e eficiente. Muitas páginas e sítios pioneiros reproduziam suas estruturas organizacionais ignorando a necessidade da organização lógica de conteúdos. Atualmente, abriu-se um mercado extenso para profissionais que dominam técnicas e tecnologias para apresentar uma página ou sítio de acordo com a estética, agilidade e eficiência na disposição das informações.

A St. Norbert College sugere que, na avaliação deste critério se observe os seguintes procedimentos:

- a) Foi feito um bom uso do leiaute da tela, cores, gráficos etc.?
- b) O texto foi revisado?
- c) É de fácil leitura e “navegabilidade”?
- d) O arranjo é claro, lógico e útil?

3.8 Características Especiais

As características especiais neste caso reúnem considerações que não couberam em nenhum dos demais critérios anteriores, devido à sua possibilidade de figurar em mais de um deles ou de sua particularidade, sem, com isto, constituir-se num critério à parte.

a) As ferramentas de busca

Este é um aspecto que amplia a abrangência em termos de conteúdo/cobertura da página ou sítio através de informações complementares. Dessa forma, seria correto afirmar que esse item tem estreita relação com o critério conteúdo/cobertura, uma vez que além de abordar as áreas de interesse principal, também possibilita a oportunidade de acessar, de forma sistemática, as áreas correlatas e/ou mais específicas. Na prática, basta observar se as ferramentas de busca podem pesquisar páginas ou sítios fora do contexto dado.

b) A presença de anúncios e propagandas

As diferentes interfaces gráficas aplicadas à Internet permitiu que a aliança entre som, imagem e informação transformasse a rede mundial num promissor mercado consumidor para empresas de todos os tipos e tamanhos e, também, para profissionais liberais. Esta característica acabou por transformar a vocação da rede, que era essencialmente acadêmica. Hoje, o profissional que avalia uma página ou sítio, deverá considerar até que ponto esses aspectos podem interferir na qualidade da informação. Para orientar essa análise, é imprescindível consultar as premissas do critério objetividade, anteriormente examinado.

c) A suscetibilidade de alteração

Conforme foi dito anteriormente, as surpreendentes possibilidades de edição e recuperação de informações que a Internet proporciona, resultam, por elas mesmas, em grandes vantagens e desvantagens, desencadeando aspectos positivos e negativos em relação à suscetibilidade de alteração. O aspecto positivo está relacionado com a própria natureza da informação disponibilizada em um formato eletrônico. As facilidades e recursos para a produção de textos estimulam alterações freqüentes nas páginas e sítios que devem acompanhar o ritmo dos avanços científicos e tecnológicos, bem como dos impactos decorrentes na sociedade de um modo geral. Nesse sentido, os critérios atualidade e precisão estariam a favor desta suscetibilidade de alteração da informação. Por outro lado, quando pensamos no grau de segurança do sistema que hospeda a página ou sítio, é possível enumerar vários aspectos negativos: possibilidade de contrair vírus, de estar à mercê de *hackers* e sujeitos à alteração, perda e reprodução ilegal de conteúdo. Talvez, este

seja um dos principais problemas que os bibliotecários e autores vêm enfrentado atualmente: segurança do sistema e direitos autorais.

d) A qualidade das páginas com apontadores direcionados à página ou ao sítio original

Este aspecto está intrinsecamente relacionado com o critério de conteúdo/cobertura, uma vez que complementa ou adiciona outras abordagens possíveis à página ou ao sítio de origem. Mesmo em se tratando de indicações de outras páginas ou sítios que não se relacionam organicamente à instituição ou ao autor da página ou sítio, devem ser observados os aspectos qualitativos destas escolhas, que podem ser, por exemplo, por afinidades de área ou por produtos e serviços.

e) Estratégia de impressão

A facilidade para operacionalizar os procedimentos necessários para imprimir textos e imagens é fundamental para a avaliação da funcionalidade da página ou sítio a serem avaliados. Nem sempre esses procedimentos para impressão estão claros na estrutura da página ou sítio, mesmo quando o ícone está visível na barra de menu do navegador. Em outros casos, é necessário utilizar os recursos de edição para copiar e colar em processadores de textos para impressão. Em outras palavras, essa estratégia de impressão deve estar clara para que o usuário tenha êxito em curto espaço de tempo. É desejável, também, observar se existe algum mecanismo de controle ou preocupação da parte dos responsáveis pela página ou sítio em relação à reprodução dos textos ou imagens. O respeito ao direito do autor pode ser considerado um excelente indicador de qualidade.

f) Uso de *frames*

Os *frames* são molduras construídas em páginas ou sítios essencialmente para orientar a “navegação”. No entanto, devido ao forte impacto que a imagem destas estruturas exercem numa página ou sítio, pode-se dizer que o uso dos *frames* está relacionado com a sua identidade visual, ou seja, as escolhas em relação às formas, cores, disposição dos elementos ou objetos visuais, a previsão para uso de propagandas ou outros apontadores. Enfim, um sem-número de recursos visuais que compõem uma página ou sítio apresenta o resultado de várias escolhas que estão relacionadas com o objetivo proposto desta página ou sítio. Em outras

palavras, este aspecto do uso dos *frames* está estritamente relacionado com os critérios de aparência e objetividade.

4. CONCLUSÃO

A revisão dos critérios mais comuns aplicados ao documento eletrônico na Internet, de um modo geral, pode ser entendida como um exemplo de evolução conceitual da área em reação às mudanças que as novas tecnologias vêm impulsionando em todos os segmentos técnico-científicos do conhecimento humano.

Os desafios que os bibliotecários vêm enfrentando para gerenciar coleções bibliográficas e especiais, incluindo os documentos eletrônicos, são estimulantes para a área, uma vez que hoje é necessário lidar com a dispersão da informação bibliográfica e, também, eletrônica.

A Internet se consolidou em um novo espaço informacional que tem muito a ser explorado, por ser um local de registro da produção de conhecimento. É possível afirmar que a Internet é um “Gutenberg” inventando a “prensa” do novo milênio.

Nesse sentido, a Biblioteconomia vem apresentando conceitos, técnicas e soluções para estudar este novo espaço informacional, com claros objetivos de filtragem das informações para fins específicos, de acordo com o modelo de Lancaster (1996, p. 2).

No processo de seleção das informações, a importância das definições de critérios advém deste modelo de Lancaster, de interface entre os recursos informacionais produzidos no mundo, seja através de meios convencionais ou eletrônicos, seja através do público-alvo da biblioteca ou do sistema de informação.

A escolha dos critérios de seleção vai, portanto, definir a política de seleção adotada pela biblioteca ou sistema de informação. Esta política não deve ser uma camisa-de-força; por isso, ela deverá ser construída no próprio processo de seleção,

uma vez que os espaços informacionais onde a informação é produzida são também muito dinâmicos.

Foram identificados e analisados oito critérios e mais características especiais para auxiliar no processo de seleção para documentos eletrônicos. Dependendo do processo, que é específico de cada biblioteca ou sistema de informação, estes critérios tanto podem ser apenas dois quanto mais de dez ou cem. Cabe ao bibliotecário escolher quais critérios serão mais adequados à sua situação em sua própria política.

Que estes subsídios sejam motivo de estímulo à elaboração de políticas para documentos eletrônicos e, sobretudo, para a vinda de bibliotecários para a área de desenvolvimento de coleções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jan, TATE, Marsha Ann. Web resource evaluation techniques.

Disponível via WWW: <http://www2.widener.edu/Wolfgram-Memorial-Library/webeval/eval1198/tsld001.htm> [Capturado em 22/02/00].

Cunha, Murilo Bastos. Desafios na construção de uma biblioteca digital. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 255-266, set./dez. 1999.

CUTLER, Matthew. Arquitetura da informação é regra básica para estruturar um site.

Webworld, 24/03/98. Disponível via WWW: <http://www.oul.com.be/webworld/tecnologia/arquitet2.htm> [Capturado em 06/04/99].

EVANS, G. Edward. *Developing library and information center collections*. 3.ed.

Englewood : Libraries Unlimited, 1995.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Desenvolvimento & avaliação de coleções*. 2. ed.

ver. Atual. Brasília : Thesaurus, 1998. 240 p.

LANCASTER, F. W. *Avaliação de serviços em bibliotecas*. Brasília : Brique de Lemos/Livros, 1996.

THE LIBRARIES OF PURDUE UNIVERSITY. Evaluating World Wide Web. Disponível via WWW: <http://thordplus.lib.purdue.edu/research/classes/qs175/evaluation.html> [Capturado em 08/10/98]

HARRIS, Robert. Evaluating internet research sources. Disponível via WWW: <http://www.sccu.edu/faculty/R.Harris/eval8it.htm>. Version date: Nov. 17,1997. [Capturado em 08/10/98].

ST. NORBERT COLLEGE. Evaluating internet resources : criterias. Disponível via WWW: <http://www.snc.edu/library/eval3.htm> [Capturado em 01/04/99].

VERGUEIRO, Waldomiro. *Seleção de materiais de informação*. Brasília : Brique de Lemos/Livros, 1995.110 p.

WHITE, Gary W, CRAWFORD, Gregory A. Developing na eletronic information resources collection development policy. *Collection Building*, v. 16, n. 2, p. 53-57, 1997.

ZIMAN, John. *Conhecimento público*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1979. 164 p.

Abstract

The Internet approach brought several challenges about librarianship activities. Among of them, management collection became a complex task in front of many storage formats specially electronic materials. This article analyze eight selection criterias that will help decision making process to select title-by-title and address librarian to elaborate specific policies.